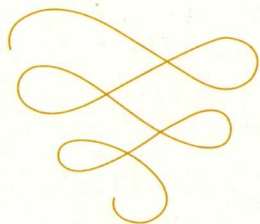


Comissão Portuguesa de História Militar

# Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta

Portugal e a criação do primeiro sistema mundial



XXIV

COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR





COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR

XXIV COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR

Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta  
Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial

**CONFERÊNCIA  
DE  
ABERTURA**

**Conferencista convidado**  
Arqt. JOÃO BARROS MATOS

# AS FORTALEZAS ABALUARTADAS DE MAZAGÃO, CEUTA E DIU. IMPLANTAÇÃO E RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Arqt. JOÃO BARROS MATOS<sup>1</sup>  
CHAIA/ Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora

## Resumo

Na década de 1540, num momento em que está em causa a manutenção do domínio português sobre algumas das suas principais posições estratégicas, são construídas as primeiras fortificações abaluartadas da expansão portuguesa nas praças de Mazagão e de Ceuta, no Norte de África, e de Diu, na Índia. Realizadas na sequência das experiências mais avançadas do momento a nível europeu, desenvolvidas em grande parte nos estados da Itália central e em alguns contextos particulares como é o caso da fronteira norte de Espanha, estas fortalezas integram a primeira linha do processo de evolução da arquitectura militar internacional. Estamos perante as primeiras fortificações abaluartadas construídas fora da Europa, nas costas do Atlântico e do Índico, com o desenvolvimento de um modelo específico de fortaleza marítima e um papel pioneiro no processo de difusão do sistema abaluartado a nível mundial. Apesar de corresponderem a situações independentes, resultantes de percursos históricos particulares e adaptadas a contextos geográficos distintos, o estudo dos três casos em paralelo permite reconhecer importantes características em comum entre as três fortificações, nomeadamente em termos de lógicas arquitectónicas, implantação e relação com o território. Desenvolvido desde o ponto de vista da análise arquitectónica, o presente estudo seguiu uma metodologia baseada na síntese de distintas abordagens ligadas a diferentes áreas de conhecimento entre as quais a história da arquitectura militar, o projeto e a análise arquitectónica, a construção e a conservação do património.

<sup>1</sup> Licenciado em Arquitectura pela FAUTL em 1990, mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora em 2002 e doutorado em Arquitectura pela Universidade de Sevilha em 2012. Arquitecto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1996 e 2002. Docente do Mestrado Integrado em Arquitectura da UE desde 2002 e do Doutoramento em Arquitectura da UE desde 2014. Desenvolve investigação em arquitectura nas áreas de projecto, metodologias de intervenção sobre património e arquitectura portuguesa no mundo.

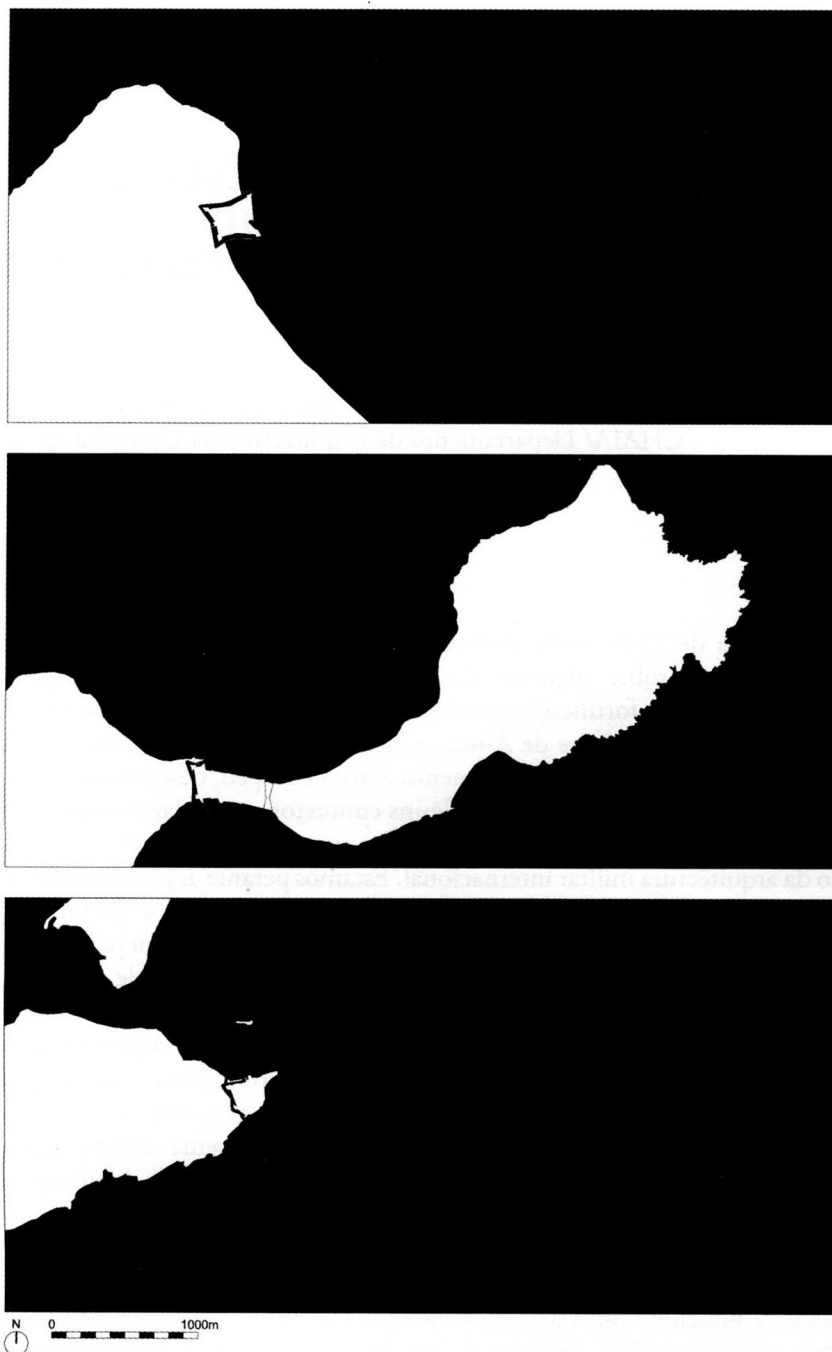


Fig.1 - Situação geográfica de Mazagão, Ceuta e Diu. Do mar contra o continente.

## 1. Uma ideia em comum de fortificação

Destacando-se no domínio da navegação e dispondo de uma artilharia naval significativamente desenvolvida em relação à dos seus opositores, os portugueses mantêm a supremacia no controlo das costas do Atlântico e do Índico, durante grande parte do século XVI. No final do reinado de D. Manuel I, a coroa portuguesa detém um vasto conjunto de possessões, espalhadas um pouco por todo o mundo e ligadas pelo mar, do Brasil ao Extremo Oriente. Contudo, as estruturas fortificadas que defendem as praças portuguesas são ainda baseadas em sistemas defensivos de carácter medieval, com grandes dificuldades em enfrentar o progressivo aumento da capacidade militar dos adversários, num período marcado pela rápida evolução das técnicas de guerra e por grandes mudanças ao nível da forma e do funcionamento das fortificações. A situação é agravada pela grande dispersão de meios, própria da expansão portuguesa, com um conjunto de territórios separados por grandes distâncias.

Na década de 1540, quando a manutenção do domínio sobre diferentes posições estratégicas dos portugueses é definitivamente posta em causa, torna-se urgente a implementação de sistemas defensivos novos e atualizados. Após algumas décadas de experimentação e aperfeiçoamento de novas morfologias de arquitetura militar, este é um momento decisivo no ensaio e aplicação de novos conceitos de fortificação. Entre os diferentes palcos da expansão, é no Norte de África e no Oriente que os portugueses encontram as maiores ameaças à sua permanência em posições avançadas, perante o aumento progressivo do poder militar dos reinos muçulmanos e do império turco, com o domínio de novas técnicas de guerra e a utilização de uma artilharia de campo cada vez mais eficiente, desenvolvida em grande parte nas guerras do Mediterrâneo Oriental. No Norte de África, com o processo de expansão iniciado com a conquista de Ceuta, em 1415, seguido da tomada de outras cidades islâmicas e da ocupação de vários lugares da costa, o poder militar português conseguiu assegurar uma posição de equilíbrio face às forças locais, até às primeiras décadas do século XVI. No entanto, a partir da década de 1520 a situação altera-se significativamente, com a progressiva ascensão ao poder dos xerifes Sádidas e o reduzido investimento português no reforço das estruturas defensivas das suas praças.

A perda de Nossa Senhora do Cabo Gué, actual Agadir, em 1541, é o momento de viragem que obriga o rei de Portugal a repensar a presença portuguesa no Norte de África e conduz à construção das primeiras fortificações abaluartadas no contexto da expansão portuguesa. Na sequência do pedido de D. João III ao cardeal de Toledo, ministro do imperador Carlos V, para a obtenção do apoio de um especialista na inspeção das defesas da cidade de Ceuta, o rei de Portugal tem a oportunidade de usufruir dos serviços do conceituado engenheiro militar Benedetto da Ravena por um curto período de tempo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> MENDONÇA, 1922: 11.

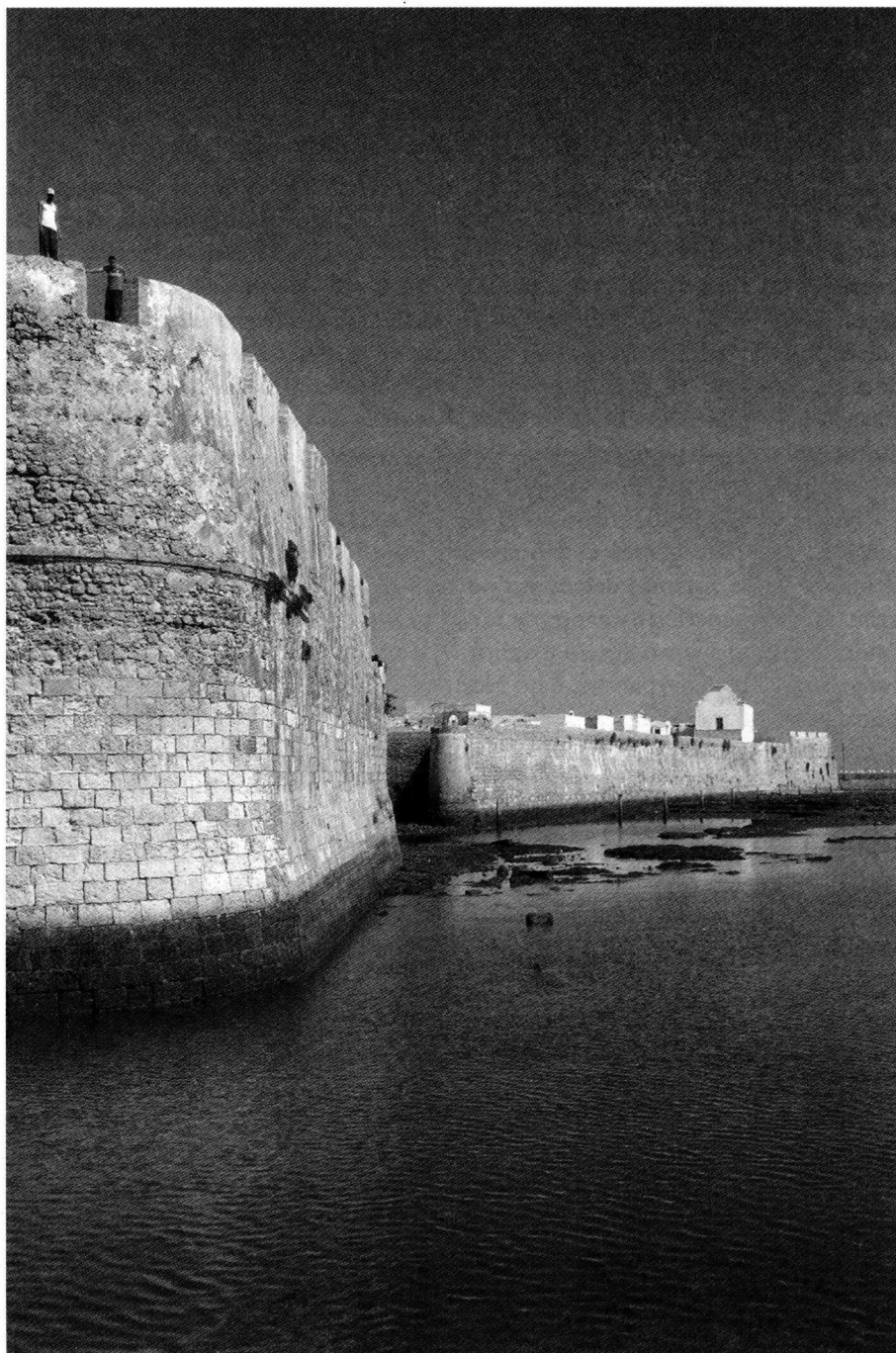


Fig.2 - Fortaleza de Mazagão. Frente marítima.

Neste contexto, Benedetto da Ravena, com a colaboração de Miguel de Arruda, desenvolve o projecto para a nova fortaleza de Ceuta, durante os cerca de dez dias que permanecem na cidade, entre Maio e Junho de 1541<sup>3</sup>. Satisfeito com o projecto que recebe para a fortaleza de Ceuta, o rei providencia para que Benedetto visite também Mazagão e aí defina o projecto final da nova fortaleza<sup>4</sup>. Apesar de ter existido um primeiro estudo prévio para a fortaleza de Mazagão realizado por especialistas portugueses, antes do rei dispor dos serviços do engenheiro militar italiano, podemos confirmar que o projecto construído é da autoria de Benedetto da Ravenna, sendo possível que este tenha integrado alguma das soluções propostas no estudo prévio pré-existente para o local<sup>5</sup>.

No Oriente, onde os portugueses se estabelecem em diferentes territórios costeiros desde a primeira década do século XVI, são os poderes locais, aliados às forças militares turcas, que obrigam à construção de fortificações mais robustas e melhor adaptadas à defesa em relação à artilharia. Em Diu, a construção da fortificação abaluartada entre 1547 e 1549, decorre também de uma situação de emergência, na sequência do famoso segundo cerco da fortaleza, que havia deixado a frente defensiva terrestre destruída por completo. A decisão de construir a nova frente defensiva, abaluartada, com desenho de Manuel Pires, deve-se a D. João de Castro, defensor da introdução do novo modelo abaluartado, o qual havia visitado a obra da fortaleza de Ceuta em 1544.

Correspondendo a situações independentes, cada um dos conjuntos abaluartados construídos em Mazagão, Ceuta e Diu estava adaptado a uma situação geográfica específica, tendo em conta as estruturas defensivas preexistentes no momento da sua concepção. De facto, em cada uma das três praças existia já um conjunto consolidado de defesas antes da construção das novas estruturas abaluartadas. Mazagão era defendida pelo castelo manuelino realizado em 1514. Ceuta integrava o completo conjunto de muralhas de construção marroquina sobre estruturas defensivas realizadas desde tempos remotos, transformado, reforçado e actualizado pelos portugueses. Diu era defendida pela fortificação erguida em 1535, reconstruída e reforçada no período entre os cercos de 1538 e de 1546.

Apesar da distância física que separa os três conjuntos abaluartados e embora cada uma das fortificações possua uma configuração geral muito distinta, é possível identificar o mesmo tipo de lógicas arquitectónicas na génese de cada uma, com o reconhecimento de paralelismos em termos de sistemas de defesa, de tipologias e de escala, de acordo com um modelo semelhante de fortificação marítima com características bem definidas. Hoje, apesar de algumas destas características não serem evidentes nas estruturas que subsistem, a interpretação das construções existentes realizada em conjunto com a análise dos elementos gráficos relativos à situação construída na década de 1540 possibilitam o seu reconhecimento.

3 Carta de D. João III a Miguel de Arruda; BN, códice 1758, fl.786-88v (MOREIRA, 2001: 102-104).

4 Carta de D. João III a Miguel de Arruda; BN, códice 1758, fls. 462-464v (MOREIRA, 2001: 109-111).

5 MATOS, 2012: 86.



Fig.3 - Fortaleza de Ceuta. Frente terrestre.



Em termos de implantação e relação com o território, podem ser destacadas as seguintes características em comum entre cada um dos três casos:

- Criação de uma situação de isolamento em relação a terra;
- Construção com o território e as preexistências;
- Diferenciação entre frente terrestre e frente marítima;
- Reforço do sistema de acesso desde o campo exterior.

## **2. Criação de uma situação de isolamento em relação a terra**

A situação de enclave marítimo, como modo de ocupação territorial no qual um perímetro defensivo encerra e protege uma malha urbana, junto à costa, é comum para os Portugueses desde a conquista de Ceuta, em 1415. No entanto, a realidade imposta pela evolução da artilharia, tornando obsoletas as antigas cercas amuralhadas, leva à necessidade de repensar este tipo de ocupação, através da procura de um novo conceito de cidade fortificada. É comum as fortificações costeiras defenderem um território ou um porto contra o adversário proveniente do mar. No caso de Mazagão, de Ceuta e de Diu, reconhecemos uma lógica inversa, com a definição de um sistema defensivo integralmente voltado contra terra. Concebidas por quem controla a guerra no mar e pretende assegurar uma presença permanente em território hostil, estas são fortificações do próprio mar voltadas contra terra.

A construção de cada um dos conjuntos fortificados corresponde a uma grande operação territorial que assenta na definição de um limite perimetral inexpugnável. A abertura de um fosso largo, introduz uma quebra abrupta na relação com o continente e define uma plataforma isolada, cercada por água e encaixada junto à costa. Sobre os limites da plataforma é construído o perímetro fortificado, com sólidas frentes abaluartadas voltadas contra terra, enquanto as frentes voltadas ao mar correspondem a cortinas de perfil mais simplificado. Antes da década de 1540, em situações como Ormuz, Cananor ou a primeira fortaleza de Diu, os portugueses haviam já ensaiado um tipo de implantação territorial semelhante, embora ainda sem a introdução de baluartes pentagonais e sem considerar as vantagens da defesa metódica e recíproca entre bastiões.

A comparação entre os diferentes percursos históricos das praças de Mazagão, Ceuta e Diu permite compreender o modo como evoluiu a relação com o território envolvente, nas três fortificações, em paralelo. Em Diu, em 1535, a implantação da primeira fortaleza no extremo nascente da ilha começou com a abertura de um fosso de mar que definiu uma parcela de terreno, isolada em relação a terra, no limite da qual foi erguido o perímetro defensivo. No entanto, a fortificação construída tinha um carácter rudimentar, com muralhas, torres e sistema defensivo de feição medieval. Em 1541, o projeto definido para a fortaleza de Ceuta, propôs uma situação semelhante, em termos de relação territorial, com a abertura de um fosso largo e profundo, utilizado também como canal marítimo, a assegurar a separação entre a cidade e o continente.

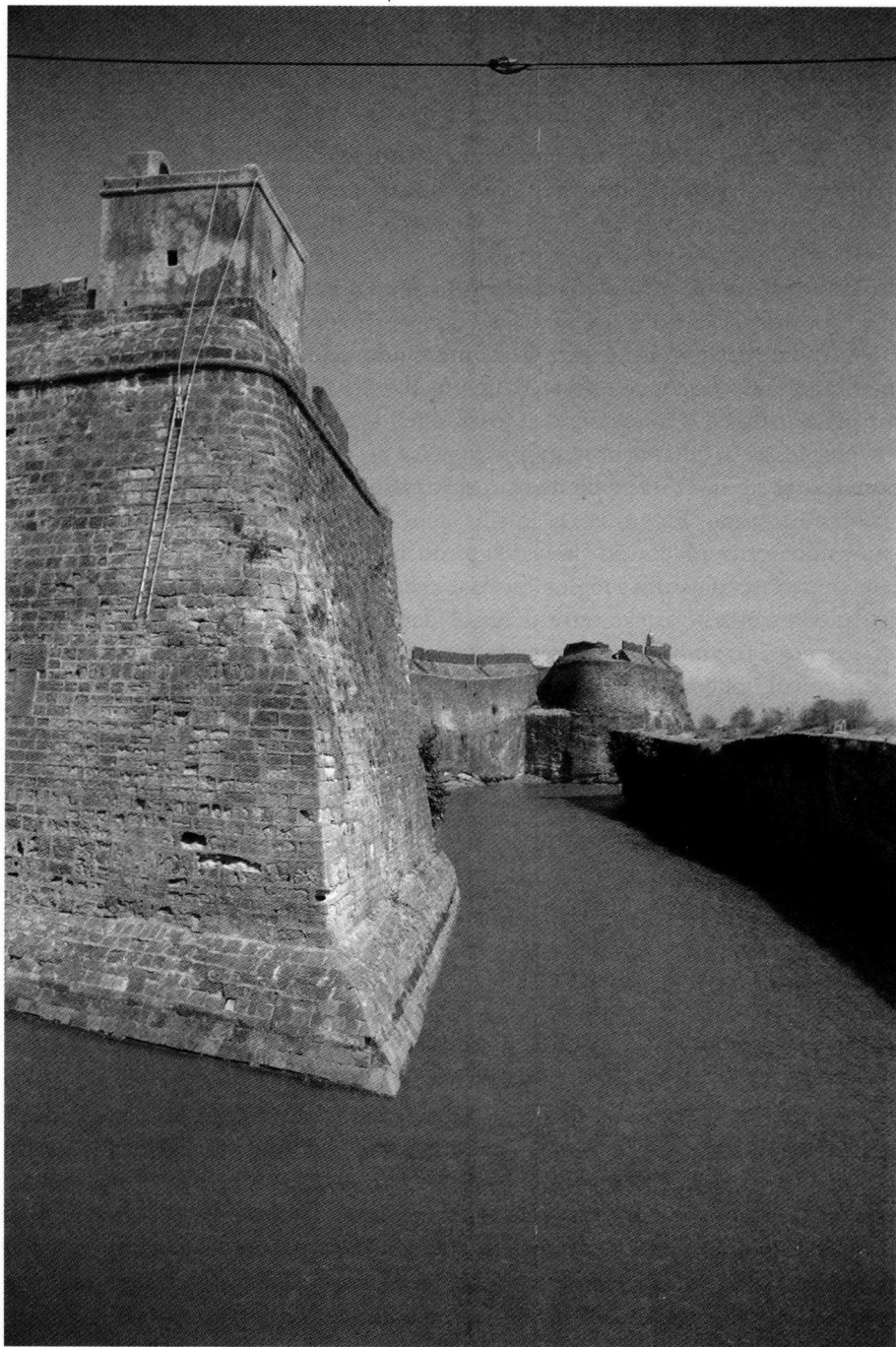


Fig.4 - Fortaleza de Diu. Frente terrestre.

O projecto introduziu o modelo abaluartado e incluiu um elaborado sistema de acessos desde o campo exterior e desde o mar. No mesmo ano, em Mazagão, iniciou-se a construção da fortaleza abaluartada, também esta totalmente isolada em relação a terra através de um extenso fosso, neste caso com três frentes terrestres. Por volta de 1544, em Diu, para além das obras de reforço da frente terrestre, com a introdução de robustos bastiões cilíndricos, foi concebido um novo sistema de ligação e acesso ao campo exterior, no qual reconhecemos grande semelhança com o projecto de Ceuta. Após o cerco de 1546, diante das arruinadas cortinas terrestres, iniciou-se a construção da frente abaluartada, com a abertura de um novo fosso marítimo e seguindo como referência principal a fortificação de Ceuta<sup>6</sup>. No final da década de 1540, os três conjuntos abaluartados encontravam-se construídos, de acordo com uma mesma ideia de implantação e relação territorial.

### 3. Construção com o território e as preexistências

Tendo em consideração o esforço construtivo e os encargos inerentes à construção de uma obra desta natureza e dimensão, a escolha do local de implantação e a definição do modo como este podia ser transformado eram opções determinantes para o processo de concepção. Tratando-se de construções realizadas com o próprio território, era fundamental que o local selecionado oferecesse, à partida, condições naturais francamente favoráveis à implantação da fortificação. Neste sentido, partindo de um conhecimento aprofundado do sítio e do contexto, era essencial que o desenho do sistema fortificado potenciase as condições naturais do lugar e, ao mesmo tempo, considerasse a integração e a reutilização das construções preexistentes.

No caso de Mazagão, a escolha da localização e a definição do modo de implantar a fortaleza foram condicionadas pela intenção de incluir o castelo manuelino preexistente, aproximadamente, no centro geométrico do conjunto. Neste caso, a implantação e a escala definidas para o perímetro abaluartado obrigaram à realização de trabalhos com elevada dificuldade e grande dimensão, como é o caso da construção de uma grande parte do conjunto dentro do mar e a abertura de extensos fossos no maciço rochoso<sup>7</sup>. Das três praças, Mazagão foi aquela onde a concretização deste tipo de implantação territorial implicou um maior esforço construtivo, considerando o facto de as características

6 A influência directa da obra de Ceuta na construção da frente abaluartada de Diu deve-se sobretudo a D. João de Castro, que havia visitado as obras da Ceuta em 1544.

7 Durante os trabalhos João de Castilho, responsável pela obra, em carta ao rei, queixa-se das dificuldades de construção do projecto dentro do mar face às grandes tempestades de Outono: *E perdoe Deus a quem sabya as tromentas desta terra do Noroeste que quando se esta obra enleigo o não dixex, pois bera no conselbo e pode Vossa Alteza crer que bobe a bonda do mar dez braças de alto*. Carta de João de Castilho a D. João III, em Setembro de 1542; BN, códice 1758, fls,143-144v. in MOREIRA, 2001: 138).

Também Luís de Loureiro, Capitão da praça, em carta enviada ao rei refere as grandes dificuldades na execução do baluarte do Anjo. Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (CENIVAL et al., 1934-1953: 30-32).

físicas e geográficas do lugar serem pouco favoráveis, nomeadamente tendo em conta a envergadura do conjunto.

Pelo contrário, em Ceuta, o local e as construções existentes ofereciam condições peculiares apropriadas à implantação do novo sistema de defesa voltado contra o continente. Baluartes, cortinas e reparos da frente abaluartada terrestre foram erguidos integrando as antigas muralhas na nova construção<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, a abertura do fosso-canal aproveitou a depressão natural que existia no local. Foi definido um novo sistema de acesso ao campo exterior, lateral e protegido do ataque desde terra, o que implicou a redução do perímetro defensivo e a demolição de uma área urbana preexistente. De facto, a fortaleza de Ceuta é um caso paradigmático, em que um processo de construção assente essencialmente na reutilização e transformação das próprias preexistências tem como resultado final um conjunto construído de carácter perfeitamente moderno e aparência uniforme.

Em Diu, a opção de construir a frente abaluartada diante da frente amuralhada preexistente, esteve relacionada com o estado de ruína em que esta última se encontrava, na sequência do segundo cerco, e com a urgência em recuperar o poder defensivo da fortaleza. Neste caso, diante da antiga frente, arruinada, foi aberto o novo fosso, na rocha, e construídos os reparos das cortinas e dos baluartes, directamente sobre o maciço rochoso recortado. Após o encerramento do novo perímetro, quando a defesa do conjunto já se encontrava assegurada, as antigas cortinas foram reconstruídas, agora numa segunda linha, no interior do perímetro. Deste modo ainda hoje se mantém uma atrás da outra a antiga frente defensiva de carácter medieval e a frente abaluartada moderna, construídas com apenas alguns anos de diferença. Em Diu, como em Ceuta, o projecto do conjunto abaluartado tirou o máximo partido de uma situação existente favorável, permitindo a implementação de uma fortificação moderna, de grandes dimensões, com um esforço construtivo relativamente controlado.

#### **4. Diferenciação entre frente terrestre e frente marítima**

Nas três fortalezas é evidente a diferença entre a capacidade defensiva das frentes terrestres, formadas por poderosas frentes abaluartadas, e a das frentes marítimas, constituídas por cortinas de perfil mais estreito e onde não se prevê a utilização de artilharia. De facto, neste período, as frentes marítimas das fortificações portuguesas praticamente não incluíam artilharia<sup>9</sup>. Nos casos de Ceuta e Diu as frentes marítimas

<sup>8</sup> O texto de Benedetto da Ravena refere explicitamente o modo como as construções preexistentes devem ser integradas na nova construção, nomeadamente através do “encamisar” da cortina, *cf.* MATOS, 2012: 261-274.

<sup>9</sup> O próprio D. João III, no momento em que estava a ser definida a implantação da fortaleza de Mazagão, refere que não existe necessidade de incluir artilharia na frente marítima. *Cf.* Carta de D. João III a Miguel de Arruda; BN, códice 1758, fl.7458-459 *in* MOREIRA, 2001: 98-100.

correspondem, em grande parte, às cortinas preexistentes, de feição medieval. No caso da fortaleza de Mazagão, em que o perímetro fortificado foi projetado e construído integralmente de raiz é também explícita a diferença entre o perfil das frentes terrestres e o da frente marítima, com um reparo significativamente mais estreito que as restantes e sem artilharia<sup>10</sup>. Em cada uma das fortificações esta diferença encontra-se expressa, com clareza, no modo como a intersecção entre frente marítima e frente terrestre é resolvida, através de um meio baluarte com um só flanco voltado para terra, onde se concentrava o poder da artilharia, e com uma face complanar com a cortina marítima, onde não existia qualquer canhoneira.

Com diferentes configurações, as cortinas marítimas das três fortalezas possuíam funções de vigia e controlo das rotas marítimas e tinham o importante papel de assegurar a ligação ao mar e garantir boas condições para o abastecimento da fortaleza em tempo de cerco. Neste sentido, era estratégica a localização das portas de ligação ao mar, procurando a protecção em relação aos ataques desde terra e oferecendo uma aproximação e um desembarque seguros, às embarcações.

## 5. Reforço do sistema de acesso desde o campo exterior

Em cada uma das fortificações, o acesso desde o campo exterior era realizado através de um elaborado sistema de portas e antecâmaras, integrado no perímetro e antecedido pelo conjunto de obras exteriores. A fortaleza de Mazagão era a única em que o acesso da porta do campo se realizava através da fachada terrestre, exposta ao ataque da artilharia inimiga. Desde o campo exterior, o ingresso processava-se através de ponte sobre o fosso, com dois troços levadiços, sob a protecção dos baluartes laterais, dando acesso ao interior do baluarte do governador<sup>11</sup>, – hoje desaparecido –, com dois compartimentos e três portas que asseguravam a ligação à praça. Frente à ponte e ao fosso, o sistema defensivo era complementado por obras exteriores que incluíam revelins de configuração simplificada.

No caso de Ceuta, o acesso à porta do campo, desde o exterior, realizava-se em zona protegida em relação ao ataque da artilharia inimiga a partir de terra e incluía um troço de muralha, avançado, – hoje desaparecido – que correspondia à porta de albacar. Desde esta porta, o acesso ao interior da praça era assegurado por ponte levadiça sobre o fosso que ligava à porta do campo, a qual, tal como em Mazagão, incluía dois compartimentos interiores e três portas. No campo exterior, diante da extensa frente abaluartada as obras exteriores asseguravam diferentes níveis de defesa.

---

10 Todas as canhoneiras que hoje existem nesta frente correspondem a obras realizadas pelos marroquinos entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

11. Baluarte do governador em cuja forma e tipologia de excepção reconhecemos a influência do baluarte de acesso à Fortaleza del Basso, em Florença, da autoria de António da Sangallo – o novo, *cf.* MATOS, 2012: 421.

Em Diu, a construção do sistema de acesso desde o campo exterior – o qual ainda hoje subsiste em grande parte – antecedeu a construção da frente abaluartada em cerca de dois anos. Também aqui este acesso processa-se em zona protegida em relação à artilharia inimiga situada em terra, incluindo uma plataforma em corredor, diante da cortina norte, cercada por água, sob a protecção dos bastiões e do fortim do mar e com ligação ao recinto que antecede a porta da fortaleza, através de ponte levadiça. O modo como o sistema se articula com o perímetro defensivo e a sucessão de espaços que antecedem a porta da fortificação, leva-nos a reconhecer um grande paralelismo com a situação definida no projecto da fortaleza de Ceuta, que fora apresentado a D. João III três anos antes. Contudo, não é possível confirmar que tenha existido influência directa do projecto de Ceuta, cuja obra se encontrava ainda em construção.

### **Considerações finais**

Confirmando o valor da arquitectura para a salvaguarda da memória, a permanência física destas sólidas infra-estruturas de guerra representa um valioso testemunho de um importante momento da história da expansão do Ocidente. O estudo dos três casos em paralelo leva-nos a reconhecer um modelo de fortificação marítima, adaptado às necessidades específicas da expansão portuguesa, com importantes características em comum, nomeadamente em termos de implantação e relação com o território. Neste contexto, é de destacar o papel determinante de Benedetto da Ravenna na introdução do sistema abaluartado no contexto português. Para além de ser o principal autor dos projectos de Mazagão e de Ceuta, Benedetto contribui para a transição de conhecimento directamente aos especialistas portugueses, em particular a Miguel de Arruda, que o acompanha na realização dos dois projectos.

Correspondendo às primeiras fortificações abaluartadas construídas fora da Europa, nas costas do Atlântico e do Índico, cada uma das três fortalezas desempenha um papel pioneiro no processo de difusão do sistema abaluartado a nível global. No entanto, a velocidade das mudanças ao nível da forma e do funcionamento das fortificações própria deste período, associada à proliferação de tratados militares na segunda metade do século dezasseis, leva a que as fortificações construídas pelos portugueses na década seguinte tenham já características significativamente distintas, nomeadamente em termos de escala e de tipologias.

## **Bibliografia**

MATOS, João Barros - *Do mar contra terra. Mazagão, Ceuta e Diu, primeiras fortificações abaluartadas da expansão Portuguesa. Estudo arquitectónico*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2012 (Tese de doutoramento).

MOREIRA, Rafael - *A construção de Mazagão. Cartas inéditas 1451-1542*. 1ª edição. Lisboa: IPPAR, 2001.

CENIVAL, Pierre de, LOPES, David, RICARD, Robert - *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*. 5 Volumes. Paris: P. Geuthner, 1934-1953.

MENDONÇA, Henrique Lopes de - *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*. 1ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

## **Nota**

O presente artigo tem por base a investigação realizada no âmbito do doutoramento em arquitectura apresentada na Universidade de Sevilha (Matos, 2012). Do ponto de vista metodológico a investigação desenvolve-se no campo de estudo da análise arquitectónica, como síntese que integra distintas áreas de conhecimento como o projecto, a interpretação da arquitectura, a história da arquitetura, a construção e a conservação do património. Neste âmbito, os resultados apresentados provêm de uma pesquisa assente na interpretação arquitectónica das construções existentes a partir de diferentes ângulos de abordagem, cruzada com a informação proveniente de fontes escritas e gráficas, num processo em que se destaca a importância do trabalho gráfico de levantamento e de análise.

## ÍNDICE GERAL

---

<b>PROGRAMA DO XXIV COLÓQUIO.....</b>	<b>7</b>
<b>NOTA PRÉVIA.....</b>	<b>13</b>
<b>SESSÃO INAUGURAL.....</b>	<b>17</b>
Discurso do Exmo. Presidente da CPHM.....	19
<b>CONFERÊNCIA DE ABERTURA</b>	
<b>As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu.</b>	
<b>Implantação e relação com o território</b>	
<i>João Barros Matos</i> .....	27
<b>I SESSÃO</b>	
<b>A estratégia nacional portuguesa na definição de uma vocação nacional (1415-1975)</b>	
<i>Luís Alves de Fraga</i> .....	43
<b>O aparelho militar português no contexto da conquista de Ceuta e a transformação dos assuntos da guerra no século XV</b>	
<i>Abílio Lousada</i> .....	61
<b>Os velhos do Restelo</b>	
<i>David Manuel de Matos Martelo</i> .....	81
<b>II SESSÃO</b>	
<b>Luzes e sombras na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415</b>	
<i>João Gouveia Monteiro</i> .....	99
<b>Espionagem e transmissão de informação inteligente no Portugal da primeira metade do século XV - Ceuta um «estudo de caso</b>	
<i>Vitor Viana Pinto</i> .....	117
<b>A renovação dos estudos de história militar portuguesa do século XV</b>	
<i>António Carlos Martins Costa</i> .....	127
<b>III SESSÃO</b>	
<b>A logística militar ao tempo da conquista de Ceuta</b>	
<i>Elise Cardoso</i> .....	141
<b>Abastecer a Guerra noutro Oceano: o Armazém das Armas de Goa em 1545-1546</b>	
<i>Roger Lee de Jesus</i> .....	169
<b>A Importância dos modelos no planeamento das operações militares –</b>	
<b>A Conquista de Ceuta</b>	
<i>José Paulo Berger</i> .....	221
<b>A conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos</b>	
<i>João José Brandão Ferreira</i> .....	235



## IV SESSÃO

<b>João Cidade: um dos construtores da muralha de Ceuta</b> <i>Augusto Moutinho Borges</i> .....	261
<b>O Armamento de Fogo no Início da Expansão: O Estado da Arte em Portugal</b> <i>Jaime Regalado</i> .....	269
<b>Ceuta, uma cidade esquecida. Perspectivas artísticas sobre as conquistas portuguesas no Magrebe</b> <i>Inês Meira Araújo</i> .....	271

## V SESSÃO

<b>D. Pedro de Meneses - 1º Capitão de Ceuta</b> <i>Manuel Fernando Ribeiro da Silva</i> .....	295
<b>A missão militar chefiada pelo Brigadeiro Vasco de Carvalho a Marrocos, no ano de 1942</b> <i>Nuno Simão Ferreira</i> .....	315
<b>A Madeira e as Praças do Norte de África::passado, presente e futuro</b> <i>Rui Carita</i> .....	339

## VI SESSÃO

<b>A tomada de Ceuta. Avis uma dinastia messiânica?</b> <i>Maria de Jesus Pessanha Caimoto Duarte</i> .....	353
<b>O combate na prática e na teoria - As “artes da guerra” renascentistas</b> <i>António Pedro da Costa Mesquita de Brito</i> .....	365
<b>As viagens de descobrimento sob a direcção do Infante D. Henrique</b> <i>José António Rodrigues Pereira</i> .....	431

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

<b>D. Nuno Álvares Pereira e a conquista de Ceuta em 1415</b> <i>Alexandre de Sousa Pinto</i> .....	449
--	-----

## ÍNDICES

<b>Índice de Autores</b> .....	459
<b>Índice de Títulos</b> .....	461
<b>Índice Geral</b> .....	463

TÍTULO

Actas do XXIV Colóquio de História Militar  
“Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta - Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial”

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:

Prof. Doutor Francisco J. Rogado Contente Domingues

ORGANIZAÇÃO:

Doutor Jorge Silva Rocha (CPHM)

EDIÇÃO:

Comissão Portuguesa de História Militar

CAPA:

Jorge Silva Rocha (CPHM)

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Rainho & Neves – Artes Gráficas

Novembro de 2016

TIRAGEM: 200 Exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 416410/16

ISBN: 978-989-8593-10-8

Todos os direitos reservados

Nota: Todas as imagens impressas nestas Actas e suas autorizações de publicação são da exclusiva responsabilidade dos autores dos textos.